

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.821 - PA (2019/0292212-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : PORTE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : DOUGLAS MOTA DOURADO - PA014637
DIEGO FIGUEIREDO BASTOS - PA017213
LARA VINAGRE LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PA017383
EMBARGADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO MONTE VARESE
ADVOGADOS : SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRA AZEVEDO - PA017470
RAFAEL PIEDADE DE LIMA - PA020443
IGOR JORGE DA FONSECA COSTA - PA027540

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MERO INCONFORMISMO. MULTA. NATUREZA PROTELATÓRIA NÃO CONFIGURADA. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por PORTE ENGENHARIA LTDA. contra decisão desta relatoria (e-STJ, fls. 484-487), assim ementada:

RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Sustenta a embargante a existência de omissão na decisão impugnada, alegando que esta relatoria, ao entender pela ausência de demonstração da divergência jurisprudencial apontada, deixou de se manifestar sobre os demais pontos elencados no recurso especial.

Assim sendo, requer o acolhimento dos presentes aclaratórios.

Impugnação às fls. 495-500 (e-STJ), pugnando a parte embargada pela aplicação da multa descrita nos arts. 81 e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração constituem recurso de fundamentação vinculada, sendo apenas cabíveis quando, nas hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo

Civil de 2015, sejam detectadas omissão, obscuridade e contradição, bem como possível erro material.

O referido meio de impugnação visa aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e precisa, não tendo como objetivo central a alteração dos julgados impugnados, situação verificada apenas excepcionalmente, quando a correção dos vícios constatados for apta a modificar, de algum modo, o *decisum* prolatado.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73. CONTRADIÇÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022).

2. Na hipótese, os embargos de declaração foram opostos perante o eg. Tribunal de origem, com o intuito de se prequestionar a matéria. Tal o desiderato dos embargos, não há por que inquiná-los de protelatórios; daí que, em conformidade com a Súmula 98/STJ, deve ser afastada a multa aplicada pelo eg. Tribunal de origem.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para sanar contradição e, com isso, dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a multa aplicada com fundamento no art.

538, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973.

(EDcl no AgInt no REsp 1298376/PB, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 13/03/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos limites estabelecidos pelo artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como corrigir erro material.

2. Constitui erro material aquele que pode ser verificado e corrigido a partir de critérios objetivos, tratando-se de defeito manifesto, evidente e reconhecível à primeira vista.

3. No caso, o erro material apontado é atribuído ao conteúdo do próprio julgamento em si, o que não é permitido.

4. Ainda que admitido o esgotamento das instâncias ordinárias, o

recurso especial não comportaria provimento.

5. O Plenário do STJ, por meio do Enunciado Administrativo nº 2, decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

6. No caso dos autos, a certidão de e-STJ Fl. 876 atesta, de forma inequívoca, que a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento foi disponibilizada no dia 16/3/2016 no Diário de Justiça Eletrônico e publicada no dia 17/3/2016.

7. Efetivada a publicação da decisão no Diário de Justiça Eletrônico no dia 17/3/2016, quando ainda vigorava o Código de Processo Civil de 1973, aplicável à espécie o prazo previsto no art. 557, § 1º, do CPC/73.

8. A publicação da decisão ocorrida em dia em que "suspensos os prazos recursais no âmbito do Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Maranhão" acarreta apenas a prorrogação do início da contagem do prazo recursal.

9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(EDcl no AgInt no REsp 1684337/MA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2019, DJe 22/02/2019)

Na hipótese dos autos, a recorrente alega omissão na decisão embargada, afirmando não terem sido examinados os demais pontos subjacentes à divergência jurisprudencial apontada.

Analisando os fundamentos adotados pela decisão recorrida, verifica-se inexistir vício passível de ser sanado por meio do julgamento dos embargos de declaração em análise, uma vez que ficou constatada a impossibilidade de exame das teses debatidas no recurso especial apresentado pela recorrente diante da deficiência de fundamentação e da ausência de explicitação do dissídio jurisprudencial alegado.

Desse modo, constata-se que a presente irresignação nada mais é do que mero inconformismo da embargante com o deslinde da controvérsia, não servindo os embargos de declaração como instrumento de reforma do julgado combatido.

Por fim, quanto à multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, requerida pela parte embargada, no presente caso, não se verifica o nítido caráter protelatório dos aclaratórios que autorizaria a sua imposição, pelo que não a aplico.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 315 DA SÚMULA DO STJ. EMBARGOS LIMINARMENTE INDEFERIDOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. (...) II - Não deve ser acolhido o requerimento para que seja imposta a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015, eis que o mero inconformismo com a decisão embargada não enseja a necessária imposição da sanção, quando não configurado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração. III - Embargos de declaração parcialmente acolhidos para suprir omissão no acórdão, sem efeitos modificativos. (EDcl no AgInt nos EAREsp 635.823/TO, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 21/02/2018, DJe 28/02/2018)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator